

MARIA SYLVIA ZANELLA
DI PIETRO

DIREITO ADMINISTRATIVO

37^a
edição revista e
atualizada



■ A autora deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pela autora até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 27.12.2023

■ A Autora e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2024 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Daniel Kanai

■ CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D524d

37. ed.

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella, 1943-

Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. - 37. ed., rev., atual. e

ampl. - Rio de Janeiro : Forense, 2024.

1040 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia

Índice remissivo

ISBN 978-65-5964-943-3

1. Direito administrativo - Brasil. I. Título.

23-87465

CDU: 342.9(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

Sumário

Capítulo 1 – O Direito Administrativo.....	
1.1 Formação do Direito Administrativo.....	
1.2 Fundamentos filosóficos e constitucionais do Direito Administrativo.....	4
1.3 Contribuição do direito francês.....	7
1.4 Direito administrativo alemão	10
1.5 Direito administrativo italiano	12
1.6 Direito administrativo anglo-americano	13
1.7 Direito administrativo brasileiro.....	19
1.8 O Direito Administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística, do <i>common law</i> e do direito comunitário europeu	22
1.9 Transformações do Direito Administrativo brasileiro.....	25
1.10 Objeto do Direito Administrativo	37
1.11 Métodos de estudo.....	40
1.11.1 Escola legalista, exegetica, empírica ou caótica.....	40
1.11.2 O estudo do Direito Administrativo jurisprudencial	41
1.11.3 Direito Administrativo e Ciência da Administração	41
1.11.4 Critério técnico-científico de estudo do Direito Administrativo.....	42
1.12 Fontes do Direito Administrativo.....	43
1.13 Conceito de Direito Administrativo	54
1.13.1 Escola da <i>puissance publique</i>	54
1.13.2 Escola do serviço público.....	55
1.13.3 Critério do Poder Executivo	56
1.13.4 Critério das relações jurídicas.....	56
1.13.5 Critério teleológico.....	57
1.13.6 Critério negativo ou residual	57
1.13.7 Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado.....	58
1.13.8 Critério da Administração Pública	58
1.13.9 Nossa definição	59
Capítulo 2 – Administração Pública.....	61
2.1 O vocábulo administração.....	61
2.2 A expressão Administração Pública	61
2.3 Administração pública e governo.....	62
2.3.1 Aspecto objetivo	62
2.3.2 Aspecto subjetivo.....	63
2.4 Administração pública em sentido estrito.....	65
2.5 Administração pública em sentido objetivo.....	65
2.6 Administração pública em sentido subjetivo	67

Capítulo 3 – Regime Jurídico Administrativo	71
3.1 Regimes público e privado na administração pública.....	71
3.2 Regime jurídico administrativo	72
3.3 Reflexos da LINDB sobre o direito administrativo	73
3.4 Princípios da administração pública	77
3.4.1 Legalidade.....	78
3.4.2 Supremacia do interesse público	79
3.4.3 Impessoalidade	81
3.4.4 Presunção de legitimidade ou de veracidade.....	82
3.4.5 Especialidade.....	82
3.4.6 Controle ou tutela.....	82
3.4.7 Autotutela	83
3.4.8 Hierarquia.....	83
3.4.9 Continuidade do serviço público	84
3.4.10 Publicidade	84
3.4.11 Moralidade administrativa	88
3.4.12 Razoabilidade e proporcionalidade.....	91
3.4.13 Motivação	92
3.4.14 Eficiência.....	94
3.4.15 Segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé	96
3.4.15.1 Segurança jurídica.....	96
3.4.15.2 Proteção à confiança.....	98
3.4.15.3 Boa-fé.....	99
3.4.15.4 Aplicação dos princípios da segurança jurídica, boa-fé e proteção à confiança	99
3.5 Poderes da Administração	101
3.5.1 Normativo	101
3.5.2 Disciplinar	104
3.5.3 Decorrentes da hierarquia	105
Capítulo 4 – Serviços Públicos	111
4.1 Conceito.....	111
4.1.1 Serviço público em sentido amplo	111
4.1.2 Serviço público em sentido restrito	113
4.1.3 Evolução.....	114
4.1.4 Conclusões quanto ao conceito.....	116
4.2 Elementos da definição	117
4.2.1 Elemento subjetivo.....	117
4.2.2 Elemento formal	117
4.2.3 Elemento material	118
4.3 Crise na noção de serviço público.....	119
4.4 Princípios.....	121
4.5 Direitos dos usuários de serviços públicos.....	122
4.6 Classificação	123
4.7 Formas de gestão.....	126
Capítulo 5 – Poder de Polícia.....	131
5.1 Introdução.....	131
5.2 Evolução	131
5.3 Conceito	133

5.4	Polícia administrativa e judiciária.....	134
5.5	Meios de atuação	134
5.6	Características	135
5.7	Limites	137

Capítulo 6 – Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada 141

6.1	Evolução	141
6.2	Modalidades.....	141
6.3	Fundamento.....	142
6.4	Função social da propriedade.....	144
6.5	Limitações administrativas.....	146
6.6	Ocupação temporária	148
6.7	Requisição administrativa.....	150
6.8	Tombamento.....	152
6.8.1	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.....	152
6.8.2	Conceito e características	153
6.8.3	Objeto.....	154
6.8.4	Modalidades.....	154
6.8.5	Procedimento.....	155
6.8.6	Efeitos.....	157
6.8.7	Natureza jurídica	159
6.9	Servidão administrativa	160
6.9.1	Servidão na teoria geral do direito	160
6.9.2	Servidão de direito privado e de direito público	161
6.9.3	Servidão administrativa e limitação administrativa	162
6.9.4	Conceito.....	162
6.9.5	Forma de constituição	162
6.9.6	Extinção	163
6.9.7	Direito à indenização	164
6.9.8	Modalidades.....	165
6.9.8.1	Servidão sobre terrenos marginais.....	165
6.9.8.2	Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos	165
6.9.8.3	Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional.....	165
6.9.8.4	Servidão em torno de aeródromos e heliportos.....	166
6.9.8.5	Servidão militar.....	166
6.9.8.6	Servidão de aqueduto	166
6.9.8.7	Servidão de energia elétrica	167
6.10	Desapropriação.....	168
6.10.1	Evolução no direito brasileiro	168
6.10.2	Conceito.....	169
6.10.3	Modalidades de desapropriação sancionatória	169
6.10.4	Procedimento.....	172
6.10.5	Sujeitos ativo e passivo.....	177
6.10.6	Pressupostos.....	178
6.10.7	Objeto.....	179
6.10.8	Indenização	180
6.10.9	Natureza jurídica	184
6.10.10	Imissão provisória na posse	186

6.10.11	Destino dos bens desapropriados.....	188
6.10.12	Desapropriação indireta.....	190
6.10.13	Retrocessão.....	192
Capítulo 7 – Atos Administrativos.....		201
7.1	Fatos da administração.....	201
7.2	Atos da administração.....	201
7.3	Origem da expressão.....	202
7.4	Conceito.....	203
7.5	Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos.....	206
7.6	Atributos.....	206
7.6.1	Presunção de legitimidade e veracidade.....	206
7.6.2	Imperatividade.....	208
7.6.3	Autoexecutoriedade.....	208
7.6.4	Tipicidade.....	209
7.7	Elementos.....	210
7.7.1	Sujeito.....	210
7.7.2	Objeto.....	213
7.7.3	Forma.....	213
7.7.4	Finalidade.....	216
7.7.5	Motivo.....	216
7.8	Discrecionariedade e vinculação.....	217
7.8.1	Conceito.....	217
7.8.2	Justificação.....	218
7.8.3	Âmbito de aplicação da discrecionariedade.....	219
7.8.4	Legalidade e mérito do ato administrativo.....	221
7.8.5	Limites da discrecionariedade e controle pelo Poder Judiciário.....	224
7.9	Classificação.....	225
7.10	Atos administrativos em espécie.....	229
7.10.1	Quanto ao conteúdo.....	230
7.10.1.1	Autorização.....	230
7.10.1.2	Licença.....	232
7.10.1.3	Admissão.....	232
7.10.1.4	Permissão.....	232
7.10.1.5	Aprovação.....	233
7.10.1.6	Homologação.....	233
7.10.1.7	Parecer.....	233
7.10.1.8	Visto.....	236
7.10.2	Quanto à forma.....	236
7.10.2.1	Decreto.....	236
7.10.2.2	Resolução e portaria.....	236
7.10.2.3	Circular.....	237
7.10.2.4	Despacho.....	237
7.10.2.5	Alvará.....	237
7.11	Extinção.....	238
7.11.1	Modalidades.....	238
7.11.2	Anulação ou invalidação.....	238
7.11.2.1	Conceito, efeitos e natureza.....	238
7.11.2.2	Vícios: peculiaridades no Direito Administrativo.....	241
7.11.2.3	Vícios relativos ao sujeito.....	241

7.11.2.4	Vícios relativos ao objeto.....	243
7.11.2.5	Vícios relativos à forma	244
7.11.2.6	Vícios quanto ao motivo.....	244
7.11.2.7	Vícios relativos à finalidade	244
7.11.2.8	Consequências decorrentes dos vícios.....	245
7.11.2.9	Atos administrativos nulos e anuláveis	246
7.11.2.10	Convalidação	247
7.11.2.11	Confirmação	249
7.11.3	Revogação.....	249
Capítulo 8 – Contrato Administrativo		257
8.1	Contratos da administração	257
8.2	Divergências doutrinárias.....	257
8.3	O contrato administrativo como espécie do gênero contrato.....	259
8.4	Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado.....	260
8.5	Direito positivo.....	263
8.5.1	Normas constitucionais.....	263
8.5.2	Legislação ordinária	264
8.5.3	Regulamentação da Lei nº 14.133/21	266
8.6	Características dos contratos administrativos.....	266
8.6.1	Presença da Administração Pública como Poder Público	267
8.6.2	Finalidade pública	267
8.6.3	Obediência à forma prescrita em lei	267
8.6.3.1	Dos prazos contratuais e sua prorrogação	269
8.6.3.2	Do recebimento do objeto do contrato	270
8.6.3.3	Dos pagamentos	270
8.6.4	Procedimento legal.....	271
8.6.5	Contrato de adesão.....	272
8.6.6	Natureza <i>intuitu personae</i>	272
8.6.7	Presença das cláusulas exorbitantes	273
8.6.7.1	Exigência de garantia	273
8.6.7.2	Alteração unilateral.....	274
8.6.7.3	Extinção unilateral.....	275
8.6.7.4	Fiscalização	276
8.6.7.5	Aplicação de penalidades	277
8.6.7.6	Anulação.....	280
8.6.7.7	Retomada do objeto.....	282
8.6.7.8	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	282
8.6.8	Mutabilidade	283
8.6.8.1	Álea administrativa: alteração unilateral do contrato	286
8.6.8.2	Álea administrativa: fato do príncipe	286
8.6.8.3	Álea administrativa: fato da administração.....	287
8.6.8.4	Álea econômica: teoria da imprevisão	289
8.7	Extinção do contrato administrativo.....	293
8.8	Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	295
8.9	Modalidades de contratos administrativos.....	295
8.9.1	Concessão	296
8.9.1.1	Conceito e modalidades.....	296
8.9.1.2	Natureza jurídica.....	298
8.9.1.3	Concessão de serviço público.....	299

8.9.1.3.1	Evolução	299
8.9.1.3.2	Conceito e características	301
8.9.1.3.3	Concessão, permissão e autorização de serviço público ..	309
8.9.1.4	Parcerias público-privadas	311
8.9.1.4.1	Direito positivo	311
8.9.1.4.2	Conceito e modalidades	312
8.9.1.4.3	Concessão patrocinada	313
8.9.1.4.4	Concessão administrativa	316
8.9.1.4.5	Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa	318
8.9.1.4.6	Da licitação	321
8.9.1.4.7	Procedimento de manifestação de interesse	326
8.9.1.4.8	Normas aplicáveis apenas à União	328
8.9.1.5	Concessão de obra pública	332
8.9.1.6	Concessão de uso	333
8.9.2	Contratos de obra pública e de prestação de serviços	333
8.9.2.1	Empreitada	335
8.9.2.2	Administração contratada	337
8.9.2.3	Tarefa	337
8.9.2.4	Serviços de publicidade	337
8.9.3	Contrato de fornecimento	339
8.10	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI	340
8.11	Contrato de desempenho e contrato de gestão	341
8.12	Convênio	344
8.13	Consórcio administrativo	347
8.14	Terceirização	348
Capítulo 9 – Licitação		363
9.1	Conceito	363
9.2	Direito positivo	364
9.3	Disposições preliminares âmbito de aplicação da Lei nº 14.133/21	367
9.4	Objetivos da licitação	368
9.5	Princípios da licitação	368
9.5.1	Princípio da legalidade	370
9.5.2	Princípios da impessoalidade, do julgamento objetivo e da competitividade	371
9.5.3	Princípio da moralidade e da probidade	372
9.5.4	Princípios da transparência, da publicidade e da motivação	372
9.5.5	Princípios da eficiência, da celeridade, da economicidade, do planejamento e da eficácia	374
9.5.6	Princípio do interesse público	376
9.5.7	Princípio da igualdade	376
9.5.8	Princípio da segregação de funções	380
9.5.9	Princípio da vinculação ao edital	381
9.5.10	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	381
9.5.11	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	382
9.5.12	Princípio da segurança jurídica	385
9.5.13	Observância de normas da LINDB	385
9.6	Agentes públicos	386
9.7	Contratação direta	388
9.7.1	Fundamento constitucional	388

9.7.2	Instrução do processo de contratação direta, sem licitação.....	388
9.7.3	Responsabilidade solidária pela contratação direta irregular.....	389
9.7.4	Modalidades de contratação direta	389
9.7.4.1	Inexigibilidade de licitação	389
9.7.4.2	Dispensa de licitação	391
9.7.4.3	Licitação dispensada.....	398
9.8	Modalidades de licitação.....	400
9.9	Do processo licitatório	403
9.9.1	Exigências formais para o processo de licitação.....	403
9.9.2	Publicidade do procedimento e sigilo do orçamento estimado	404
9.9.3	Vedação à participação em licitação ou na execução do contrato	405
9.9.4	Participação de empresas em consórcio.....	406
9.9.5	Participação de profissionais organizados em cooperativa.....	406
9.10	Fases do processo de licitação	407
9.10.1	Primeira fase: preparatória.....	407
9.10.1.1	Da instrução do processo licitatório.....	408
9.10.1.2	Centralização e padronização do procedimento	408
9.10.1.3	Aquisição de itens de consumo	409
9.10.1.4	Convocação de audiência pública e consulta pública	409
9.10.1.5	Valor estimado da contratação	409
9.10.2	Segunda fase: a divulgação do edital de licitação	410
9.10.2.1	Do parecer do órgão de assessoramento jurídico.....	411
9.10.2.2	Publicidade do edital	411
9.10.2.3	Regras sobre o edital.....	411
9.10.2.4	Da impugnação ao edital.....	413
9.10.2.5	Margem de preferência.....	413
9.10.2.6	Matriz de riscos	414
9.10.3	Terceira fase: apresentação de propostas e lances	415
9.10.3.1	Prazos para apresentação de propostas e lances	415
9.10.3.2	Modos de disputa.....	415
9.10.4	Quarta fase: julgamento.....	416
9.10.4.1	Objetivo	416
9.10.4.2	Subfases do julgamento	416
9.10.4.3	Critérios de julgamento	417
9.10.5	Quinta fase: habilitação	419
9.10.5.1	Substituição de documentos.....	421
9.10.5.2	Saneamento de erros ou falhas.....	421
9.10.5.3	Previsão das condições de habilitação no edital	421
9.10.5.4	Aspectos formais da documentação	423
9.10.5.5	Substituição dos documentos por registro cadastral.....	423
9.10.5.6	Dispensa de documentos.....	424
9.10.6	Sexta fase: recursal.....	424
9.10.7	Sétima fase: homologação	425
9.11	Dos instrumentos auxiliares.....	426
9.11.1	Previsão legal.....	426
9.11.2	Modalidades.....	426
9.11.2.1	Credenciamento	426
9.11.2.2	Pré-qualificação.....	427
9.11.2.3	Do procedimento de manifestação de interesse.....	428
9.11.2.4	Sistema de registro de preços.....	429

9.11.2.5	Do registro cadastral.....	431
9.12	Controle das contratações.....	432
9.13	Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP.....	435
9.14	Disposições finais e transitórias	436
Capítulo 10	Administração Indireta.....	451
10.1	Descentralização	451
10.1.1	Descentralização e desconcentração	451
10.1.2	Descentralização política e administrativa	451
10.1.3	Modalidades de descentralização administrativa	452
10.1.3.1	Descentralização territorial	452
10.1.3.2	Descentralização por serviços	453
10.1.3.3	Descentralização por colaboração	454
10.1.4	Evolução.....	455
10.1.5	A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro.....	456
10.1.5.1	A confusão do legislador.....	456
10.1.5.2	A expressão Administração Indireta na Constituição	458
10.2	Entidades da Administração Indireta	459
10.2.1	Modalidades e natureza jurídica.....	459
10.2.2	Regime jurídico.....	460
10.3	Autarquias	463
10.3.1	O vocábulo autarquia.....	463
10.3.2	Evolução no direito brasileiro.....	464
10.3.3	Conceito e características.....	465
10.3.4	Posição perante a Administração Pública e terceiros	466
10.3.5	Classificação	466
10.4	Fundação.....	469
10.4.1	Natureza jurídica e conceito.....	469
10.4.2	Fundação de direito privado	470
10.4.3	Direito positivo brasileiro.....	472
10.4.4	Fundação de direito público.....	475
10.5	Empresas estatais.....	476
10.5.1	Alcance da expressão	476
10.5.2	Distinção quanto ao tipo de atividade.....	477
10.5.3	Sociedade de economia mista, empresa pública e subsidiárias	479
10.5.3.1	Estatuto jurídico	479
10.5.3.2	Conceito legal	482
10.5.3.3	Traços comuns.....	485
10.5.3.4	Traços distintivos	488
10.5.3.5	Regime jurídico	491
10.5.3.6	Órgãos de Administração	492
10.5.3.7	Função social	494
10.5.3.8	Responsabilidade e controle interno	495
10.5.3.9	Licitação	497
10.5.3.10	Contratos.....	502
10.5.3.11	Fiscalização	503
10.6	Normas comuns às entidades da Administração Indireta.....	504
10.7	Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas.....	510
10.8	Natureza jurídica dos bens das entidades da Administração Indireta	510
10.9	Agências	512

10.9.1	Considerações gerais	512
10.9.2	Agência executiva.....	514
10.9.3	Agência reguladora	516
10.10	Consórcio público	525
10.10.1	Considerações gerais	525
10.10.2	Conceito e natureza jurídica	527
10.10.3	Constituição, alteração e extinção do consórcio	530
10.10.4	Contratos de rateio	532
10.10.5	Contratos de programa e convênios de cooperação	532
10.11	Consórcio público e Associação de Representação de Municípios.....	534
10.12	Controle administrativo ou tutela das entidades da Administração Indireta	536
Capítulo 11 – Entidades Paraestatais e Terceiro Setor		549
11.1	A expressão entidade paraestatal	549
11.2	Aproximação entre entidades paraestatais e terceiro setor	551
11.3	As entidades paraestatais no direito positivo	555
11.4	Serviços sociais autônomos	557
11.5	Entidades de apoio.....	559
11.6	Organizações sociais.....	564
11.7	Organizações da sociedade civil de interesse público	570
11.8	Organizações da sociedade civil.....	573
11.8.1	Abrangência da Lei nº 13.019/14.....	574
11.8.2	Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação.....	575
11.8.3	Do chamamento público	576
11.8.3.1	Providências preliminares.....	576
11.8.3.2	Procedimento do chamamento público	577
11.8.3.3	Dispensa e inexigibilidade do chamamento público.....	579
11.8.4	Da celebração do termo de colaboração e do termo de fomento.....	580
11.8.5	Das vedações	581
11.8.6	Das contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil	582
11.8.7	Medidas moralizadoras.....	582
Capítulo 12 – Órgãos Públicos		591
12.1	Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos.....	591
12.2	Conceito	592
12.3	Natureza	593
12.4	Classificação.....	593
Capítulo 13 – Servidores Públicos		597
13.1	Terminologia.....	597
13.2	Agentes públicos.....	597
13.2.1	Agentes políticos.....	598
13.2.2	Servidores públicos	600
13.2.3	Militares.....	603
13.2.4	Particulares em colaboração com o Poder Público.....	606
13.3	Cargo, emprego e função	606
13.4	Normas constitucionais.....	608
13.4.1	Regime jurídico do servidor	608
13.4.2	Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas	610
13.4.3	Condições de ingresso	610

13.4.4	Sistema remuneratório dos servidores públicos.....	616
13.4.4.1	Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento...	617
13.4.4.2	Regime de subsídios.....	620
13.4.4.2.1	Agentes públicos em regime de subsídio	621
13.4.4.2.2	Competência para fixação e alteração dos subsídios.....	622
13.4.4.2.3	Subsídios para os servidores organizados em carreira	622
13.4.4.3	Normas comuns à remuneração e aos subsídios	623
13.4.4.3.1	Fixação e alteração da remuneração e do subsídio.....	623
13.4.4.3.2	Teto das remunerações e subsídios.....	624
13.4.4.3.3	Irredutibilidade de remuneração e subsídio.....	629
13.4.5	Direito de greve e de livre associação sindical.....	630
13.4.6	Proibição de acumulação de cargos.....	633
13.4.7	Aposentadoria e pensão.....	636
13.4.7.1	Regime previdenciário.....	637
13.4.7.2	Princípios da reforma previdenciária.....	638
13.4.7.3	Regimes previdenciários diferenciados.....	642
13.4.7.4	Modalidades de aposentadoria.....	647
13.4.7.5	Cálculo dos proventos dos servidores federais	653
13.4.7.6	Regime previdenciário dos servidores estaduais, distritais e municipais	657
13.4.7.7	Valor dos proventos de aposentadoria voluntária dos servidores estaduais, distritais e municipais.....	659
13.4.7.8	Pensão por morte do servidor.....	661
13.4.7.9	Previdência complementar	664
13.4.7.10	Contagem de tempo para aposentadoria.....	666
13.4.8	Estabilidade.....	667
13.4.9	Afastamento para exercício de mandato eletivo.....	671
13.4.10	Direitos sociais.....	671
13.4.11	Limites de despesa com pessoal	672
13.4.12	Limites decorrentes das Emendas Constitucionais nº 95/16, 109/21 e 126/22 ...	675
13.5	Provimento e investidura.....	678
13.6	Vacância.....	682
13.7	Direitos e deveres.....	683
13.8	Responsabilidade.....	685
13.8.1	Responsabilidade civil.....	687
13.8.2	Responsabilidade administrativa	689
13.8.3	Responsabilidade penal	690
13.8.4	Comunicabilidade de instâncias.....	692
Capítulo 14 – Processo Administrativo		707
14.1	Processos estatais	707
14.2	Processo administrativo.....	708
14.3	Processo e procedimento.....	708
14.4	Modalidades.....	709
14.5	Decisão coordenada.....	712
14.6	Processo administrativo eletrônico	713
14.7	Princípios.....	714
14.7.1	Princípio da publicidade.....	715
14.7.2	Princípio da oficialidade.....	715
14.7.3	Princípio da obediência à forma e aos procedimentos.....	716

14.7.4	Princípio da gratuidade	717
14.7.5	Princípio da ampla defesa e do contraditório.....	717
14.7.6	Princípio da atipicidade.....	719
14.7.7	Princípio da pluralidade de instâncias.....	721
14.7.8	Princípio da economia processual.....	721
14.7.9	Princípio da participação popular.....	722
14.8	Processo administrativo disciplinar	724
14.9	Processo sumário	726
14.9.1	Sindicância	726
14.9.2	Verdade sabida	726
Capítulo 15	Responsabilidade Extracontratual do Estado.....	731
15.1	Delimitação do tema.....	731
15.2	Evolução	731
15.2.1	Teoria da irresponsabilidade	732
15.2.2	Teorias civilistas	733
15.2.3	Teorias publicistas	733
15.3	Direito positivo brasileiro	735
15.4	Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade	738
15.5	Responsabilidade do estado por omissão	740
15.6	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de leis e regulamentos	742
15.7	Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	746
15.8	Reparação do dano	748
Capítulo 16 – Bens Públicos		757
16.1	Evolução	757
16.2	Classificação.....	757
16.3	Bens do domínio público do Estado	759
16.3.1	Conceito.....	759
16.3.2	Natureza jurídica	761
16.3.3	Modalidades.....	761
16.3.4	Regime jurídico.....	762
16.4	Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais.....	763
16.4.1	Conceito.....	763
16.4.2	Características.....	764
16.4.3	Regime jurídico.....	764
16.5	Alienação.....	768
16.5.1	Alienação dos bens de uso comum e de uso especial	768
16.5.2	Alienação dos bens dominicais	769
16.6	Uso de bem público por particular	774
16.6.1	Uso normal e uso anormal	774
16.6.2	Uso comum	775
16.6.3	Uso privativo	777
16.6.3.1	Conceito e características.....	777
16.6.3.2	Instrumentos estatais de outorga de uso privativo	778
16.6.3.3	Autorização, permissão e concessão	778
16.6.3.4	Uso privativo de bens imóveis da União	783
16.6.3.5	Tutela do uso privativo	789
16.7	Formação do patrimônio público	791
16.8	Bens públicos em espécie.....	794

16.8.1	Direito positivo.....	794
16.8.2	Terrenos reservados.....	795
16.8.3	Terrenos de marinha e seus acréscidos.....	797
16.8.4	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	798
16.8.5	Terras devolutas.....	799
16.8.5.1	Evolução da propriedade rural no Brasil.....	799
16.8.5.2	Conceito e natureza jurídica.....	801
16.8.5.3	Titularidade.....	803
16.8.5.4	Processo de discriminação.....	803
16.8.6	Faixa de fronteira.....	804
16.8.7	Ilhas.....	805
16.8.8	Águas públicas.....	805
16.8.9	Minas e jazidas.....	808
16.8.9.1	Conceito.....	808
16.8.9.2	Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas.....	808
16.8.9.3	Evolução no direito brasileiro.....	809
16.8.9.4	Sistema atual.....	809

Capítulo 17 – Controle da Administração Pública..... 819

17.1	Conceito e abrangência.....	819
17.2	Espécies.....	820
17.3	Controle administrativo.....	821
17.3.1	Conceito e alcance.....	821
17.3.2	Recursos administrativos.....	822
17.3.2.1	Conceito, efeitos e fundamento.....	822
17.3.2.2	Modalidades.....	823
17.3.2.3	Coisa julgada administrativa.....	828
17.3.2.4	Prescrição administrativa.....	829
17.4	Controle legislativo.....	830
17.4.1	Alcance.....	830
17.4.2	Controle político.....	831
17.4.3	Controle financeiro.....	832
17.5	Controle judicial.....	834
17.5.1	Sistema de unidade de jurisdição.....	834
17.5.2	Limites.....	834
17.5.3	Controle judicial das políticas públicas.....	836
17.5.3.1	Conceito de políticas públicas e competência para sua definição e execução.....	836
17.5.3.2	Controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário.....	837
17.5.4	A Administração Pública em juízo.....	842
17.5.5	Meios de controle.....	857
17.5.5.1	<i>Habeas corpus</i>	858
17.5.5.2	<i>Habeas data</i>	859
17.5.5.3	Mandado de injunção.....	862
17.5.5.3.1	Controvérsias quanto à origem.....	862
17.5.5.3.2	Objeto do mandado de injunção.....	863
17.5.5.3.3	A solução adotada pela Lei nº 13.300/16.....	865
17.5.5.3.4	Pressupostos.....	865
17.5.5.3.5	Mandado de injunção individual ou coletivo.....	866
17.5.5.3.6	Anotações quanto ao processo.....	867

17.5.5.3.7	Competência para julgamento	868
17.5.5.4	Mandado de segurança individual.....	869
17.5.5.4.1	Origem.....	869
17.5.5.4.2	Conceito e pressupostos.....	869
17.5.5.4.3	Restrições	874
17.5.5.4.4	Anotações quanto ao processo	877
17.5.5.4.5	Prazo	882
17.5.5.5	Mandado de segurança coletivo.....	883
17.5.5.6	Ação popular.....	886
17.5.5.6.1	Evolução	886
17.5.5.6.2	Conceito e pressupostos.....	887
17.5.5.6.3	Sujeito ativo e passivo	889
17.5.5.6.4	Posição do Ministério Público	891
17.5.5.6.5	Objeto	891
17.5.5.6.6	Anotações quanto ao processo	892
17.5.5.7	Ação civil pública	893
17.5.5.7.1	Origem e evolução	893
17.5.5.7.2	Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo.....	895
17.5.5.7.3	Pressupostos e conceito.....	895
17.5.5.7.4	Sujeito ativo e passivo.....	896
17.5.5.7.5	Funções do Ministério Público	897
17.5.5.7.6	Objeto	897
17.5.5.7.7	Anotações quanto ao processo.....	898
Capítulo 18 – Improbidade Administrativa.....		909
18.1	Legalidade, moralidade e probidade.....	909
18.2	Evolução no direito positivo	911
18.3	Lei de Improbidade Administrativa	914
18.3.1	Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível.....	914
18.3.2	Inovações da Lei nº 14.230, de 25-10-21	916
18.3.3	Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa.....	917
18.3.4	Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa.....	918
18.3.4.1	Sujeito passivo.....	918
18.3.4.2	Sujeito ativo.....	918
18.3.4.3	Ocorrência de ato danoso	923
18.3.4.4	Elemento subjetivo: dolo ou culpa.....	926
18.3.5	Sanções.....	927
18.3.6	Procedimento administrativo	930
18.3.7	Ação judicial de improbidade administrativa.....	931
Capítulo 19 – Responsabilidade das Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos Danosos contra a Administração Pública.....		941
19.1	Da lei anticorrupção	941
19.2	Dos requisitos da responsabilização	942
19.3	Responsabilização administrativa.....	945
19.4	Do processo administrativo de responsabilização.....	946
19.5	Do acordo de leniência.....	947
19.6	Da responsabilização judicial	950

19.7	Dosimetria das sanções.....	951
19.8	Da cumulatividade de sanções.....	953
19.9	Do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	954
Capítulo 20 – Arbitragem, Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública.....		959
20.1	Direito positivo.....	959
20.2	A arbitragem na Administração Pública.....	961
20.2.1	Das controvérsias doutrinárias.....	961
20.2.2	Inovações da Lei nº 13.129, de 26-5-15, quanto à arbitragem na Administração Pública.....	963
20.2.3	Direitos patrimoniais disponíveis	964
20.2.4	Previsão de contratos de direito privado na Lei nº 8.666/93 e na nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/21	966
20.2.5	Matérias que podem ser submetidas à arbitragem.....	966
20.2.6	Competência para autorizar a arbitragem.....	967
20.2.7	Arbitragem de direito.....	969
20.2.8	Conflito entre sigilo e publicidade	969
20.3	Mediação	970
20.4	Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público.....	971
20.4.1	Conceito e alcance.....	971
20.4.2	Medidas de autocomposição de conflitos.....	971
Bibliografia		979
Índice Remissivo		989